

LÉSBICAS E A QUESTÃO ESPACIAL: ANÁLISES A PARTIR DA PRODUÇÃO DAS GEÓGRAFAS GILL VALENTINE E KATHERINE BROWNE

Thais Domingos dos Santos Rodrigues

*Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo -
USP, thaisdsr@usp.br.*

Resumo

Este artigo tem por objetivo iluminar o debate feito dentro da geografia sobre a relação das mulheres lésbicas e a questão espacial a partir da produção teórica das geógrafas anglófonas Gil Valentine e Kath Browne. Embora existam importantes contribuições nacionais de geógrafas, como Joseli Maria Silva, ainda são poucos os estudos que tentam fazer a aproximação entre espaço e lesbianidade. Como pontua Susana Veleda da Silva e Diana Lan, em um estudo comparativo entre a produção científica da geografia no Brasil e na Argentina, embora outras disciplinas como a sociologia, a história e a antropologia tenham sido impactadas pelo fortalecimento do movimento feminista na América Latina, a geografia se aproxima timidamente desse processo. No entanto, em outros países, principalmente os de língua inglesa, esse debate está posto desde os anos de 1980. Desta forma, com o presente texto esperamos contribuir com: i- a aproximação dos estudos de gênero e lesbianidade à geografia brasileira; ii- trazer o debate sobre o uso e produção do espaço pelas mulheres lésbicas; iii – pensar em aproximações e distanciamentos em ser lésbica em países do centro do capital e no Brasil.

Palavras-chave: Lésbicas, Geografia, Espaço.

Introdução

Este artigo tem por objetivo debater elementos das obras das teóricas anglo-saxãs Gill Valentine e Kath Browne com foco nos estudos das lesbianidades e a produção do espaço. O meu encontro e interesse por essas autoras se deu porque ao pesquisar os termos: “geografia” e “lésbica” - em português, inglês e espanhol no google acadêmico, são essas as autoras que mais se destacam. Enquanto uma mulher lésbica que deseja estudar lesbianidade a partir da problemática espacial, me deparar com esse conteúdo causou alguns sentimentos diversos.

O primeiro foi o espanto pela enorme produção sobre sexualidade, em particular, sobre as lésbicas, dessas autoras enquanto em português poucos são os trabalhos divulgados. Nunca durante os meus 5 anos cursando geografia na Universidade Federal de São Carlos, *campus* de Sorocaba, eu havia sequer sido introduzida a algum artigo de dentro da própria geografia que debatesse questões feministas e de gênero, muito menos voltados a pauta das mulheres lésbicas. Encontrar essas autoras de alguma forma foi como encontrar um tesouro escondido, uma sensação de pertencimento a partir da prova de que era possível ser lésbica e pesquisar sobre lésbicas dentro da ciência geográfica.

Os outros sentimentos não são tão positivos. O primeiro foi a frustração de não ter tido a possibilidade de encontrar com esse debate antes. Se eu tivesse lido essas autoras antes talvez houvesse uma aproximação maior com a ciência em que me formei. Um debate que só fui encontrar em outras áreas, por exemplo, quando cursei o mestrado em Educação na linha de movimentos sociais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da mesma universidade. Quem sabe desde o início teria me dedicado a esta temática. Não há arrependimentos e as trajetórias são como são, mas o apagamento dessas escritoras se soma a tantos outros apagamentos lésbicos de nossa história e isso deve ser posto em debate.

É importante ressaltar que existe produção na geografia brasileira que se dedica as questões feministas e de gênero. Destaco a obra da professora Susana Maria Veleda da Silva e da professora Joseli Maria Silva. O que ocorreu é que, embora exista produção nessa temática desde a redemocratização do país, eu não entrei em contato com

essa literatura na graduação, o que colabora com as ideias defendidas no artigo *Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina*, no qual Suzana Silva e Diana Lan (2020) expõem que embora a temática de gênero tenha ganhado bastante espaço em áreas como a psicologia e as ciências sociais, a geografia permanece reticente – a despeito deste cenário estar lentamente mudando segundo as autoras.

Por fim, o sentimento de inquietação que nos leva a perguntas como: por que se faz pesquisa de dentro da Geografia sobre lésbicas nos países anglo-saxões mas tão pouco no Brasil? Seria mais fácil ser sapatão da Geografia no Reino Unido ou nos Estados Unidos? Quais diferenças existem entre o patriarcado de lá e o de cá? Como essa literatura aproxima o debate sobre as sexualidades e a produção do espaço?

Foi com esse mix de sentimentos que me sentei para ler os artigos que estão nas referências bibliográficas deste artigo. Neste ponto é importante deixar claro as minhas não intenções com esse trabalho: não pretendo nem usar a produção dessas autoras de maneira cega para transpô-las a um contexto que é completamente outro, e tampouco quero jogar fora ou apenas criticar uma produção porque em muitos aspectos ela se apresenta como hegemônica de países do centro do capital. Essas duas visões dicotômicas e reducionistas não permitiriam que eu me conectasse com a produção dessas autoras geógrafas e lésbicas que escrevem sobre lésbicas entendendo meu lugar enquanto mulher não branca e brasileira. É com um olhar crítico, buscando aproximações e distanciamentos que tento conduzir esta pesquisa.

Metodologia

A partir da revisão bibliográfica da produção sobre lésbicas das autoras Gill Valentine e Katherine Browne esperamos contribuir com: i- a aproximação dos estudos de gênero e lesbianidade à geografia brasileira; ii- trazer o debate sobre o uso e produção do espaço pelas mulheres lésbicas; iii – pensar em aproximações e distanciamentos em ser lésbica em países do centro do capital e no Brasil.

Resultados e discussão

As autoras Kath Browne e Gill Valentine possuem algumas questões em comum, ambas são mulheres brancas que realizam suas

pesquisas a partir do Norte Global e já produziram uma centena de artigos que vão desde a temática que interessa neste artigo, as mulheres lésbicas, até questões de metodologia de pesquisa em ciências humanas. São nomes importantes dentro da geografia anglófona e, portanto, escrevem em inglês. Embora já exista alguns trabalhos da Kath Browne publicados em português como os artigos “*Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento em geografias das sexualidades e de gêneros*”(BROWNE, 2011) e o “*Uma perfeita geezer-bird (mulher-homem): os lugares e olhares de corporalização “feminina”*” (BROWNE, 2016), ambos de livros publicados pela editora Toda Palavra e organizados, dentre outros, pela professora Joseli Maria Silva.

Essas autoras se juntam a outras pesquisadoras e pesquisadores anglofonos dentro dos estudos da geografia da sexualidade e por isso, uma certa supremacia da produção anglo-americana já foi questionada, inclusive pela própria Browne (2011) que numa imersão do reconhecimento dos próprios privilégios aponta como a regionalização mundial afeta nos trabalhos acadêmicos, inclusive com uma certa criação utópica de uma dicotomia no qual teria um mundo desenvolvido e urbano onde as práticas sexuais não heteronormativas poderiam ser vividas em detrimento de um mundo rural e repressor de países em desenvolvimento. A autora, se posiciona:

Aqui meus privilégios (pelo menos os que eu posso citar, reconhecendo que há muitos outros que eu nem mesmo percebo) pertencem à minha posição como branca, mulher cis, professora/pesquisadora com emprego permanente no norte global, com acesso total à maioria dos periódicos da minha área. (BROWNE, 2011, p.144)

É importante essa marcação para deixar claro a sua não universalidade enquanto sujeito. Como pontua a filósofa Linda Alcoff (2016) é preciso entender como determinadas epistemologias são criadas e ganham legitimação em detrimento de outras. No entanto, o interesse na produção dessas autoras do norte global se faz presente e legítima quando temos a proposta audaciosa de uma construção de geografias lésbicas, como faz Browne:

“**Lesbian geographies** is about where, and how, individuals who identify as, claim the term, or might be seen as, ‘lesbians’ (and queer women) **live, work and**

play. It is about how these **people find each other in certain places and also how they negotiate places where they are not welcome**, subject to abuse and where they feel unsafe. It is also about **how the possibilities for finding and creating spaces** have changed as a result of social, political and legal changes, especially since the post war period in the 1950s. [...] Lesbian geographies provides an important critique of the intersections of patriarchy, sexism, homophobia and heterosexism, as well as ensuring that lesbians and queer women's **spatialities are made visible.**" (BROWNE, K.; FERREIRA, 2015, p. 1, grifo nosso)

Se no Brasil mal temos produção da geografia que estude mulheres lésbicas, Browne e Ferreira (2015) inovam ao aparecer com uma proposta de construção de uma nova aditivação, esta, que por sua vez, não é uma novidade na geografia, afinal, a grade de qualquer graduação na área é composta por uma dezena dessas geografias: geografia agrária, geografia das indústrias, geografia do comércio, geografia da população, etc. Ao dar nome à produção de conhecimento baseada nos sujeitos das mulheres lésbicas, as autoras colocam no centro do debate os corpos sexuados das mulheres que historicamente são apagadas como possibilidade de existência (RICH, 2012).

Ao nomear uma geografia lésbica, as autoras esperavam tanto fazer uma crítica ao funcionamento da sociedade numa análise que intersecciona o patriarcado, o sexismo e a homofobia ao tornar visível as espacialidades das mulheres lésbicas e *queer*. Assim como as feministas negras criticavam que o feminismo passava sempre a ideia de uma mulher universal que sempre era branca, Browne e Ferreira (2015) argumentam que a geografia feminista sempre presume uma mulher heterossexual e a geografia da sexualidade foca majoritariamente no homem gay.

As professoras Susana Veleda da Silva e Diana Lan (2007, p.5) quando analisam a produção dos estudos de gênero no Brasil e na Argentina argumentam em um sentido diferente da proposta de Browne e Ferreira (2015), para elas, seria essencial incluir gênero como uma categoria de análise que passasse por todas as áreas da geografia ao invés de construir uma área com foco separado. No livro *A condição espacial*, Carlos (2018, p.19) também vê com ceticismo essa pulverização da geografia em "*n* geografias", afinal, isso realmente ajudaria na

compreensão sobre o mundo ou apenas acompanha a fragmentação e especialização do conhecimento marcado pelo mundo das profissões?

Esse debate está posto e entra na esfera da construção de epistemologias dos sujeitos subalternizados – usando o termo de Spivak (2010). Uma forma de se fazer ouvir não seria justamente reivindicando um nome junto a produção do conhecimento? Não há conclusão correta, no entanto, foi o título do livro *“Lesbian Geographies: gender, place and power”* que me chamou atenção e permitiu com que eu tivesse mais interesse na obra da autora.

Esse reconhecimento a partir da identificação enquanto sujeita lésbica se deu também na leitura das obras de Gill Valentine. Em seu artigo *(Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces* (1993b), a anglofona através da metodologia de entrevistas semiestruturadas traz a narrativa de mulheres lésbicas nos mais diferentes espaços cotidianos: em casa, no trabalho, nos restaurantes, nos hotéis, etc. E embora sejam experiência de outro espaço/tempo, as falas ditas pelas mulheres entrevistadas poderiam ter sido ditas por mim ou por companheiras próximas: “There’s nothing like a Saturday morning in the town centre to make you feel unconventional (Lesbian, middle class, 20s).” (VALENTINE, 1993b, p. 395).

Neste artigo, Valentine (1993b) começa o resumo de forma decisiva “heterossexualidade é a sexualidade dominante na sociedade ocidental” e isso não tem só a ver com a forma como as pessoas se relacionam sexualmente, mas também com os arranjos de poder que opera todos os dias em todos os espaços acontecem. A heterossexualidade que atravessa o cotidiano expulsa as lésbicas de certos espaços, seja pela estrutura que espera uma heterossexualidade, seja pela violência. O gênero, como outros marcadores de diferenciação sociais, impacta a forma como os indivíduos percebem os espaços. Em suas palavras:

“It is argued that, in particular, differences between the sexes stem from inequalities of power between men and women which are reflected in the way space is designed, occupied, and controlled. But, as the quote above suggests, the ability to appropriate and dominate places and hence influence the use of space by other groups is not only the product of gender; heterosexuality is also powerfully expressed in space.”(VALENTINE, 1993b. p. 397)

A geógrafa argumenta que as diferenças entre os sexos resultam de desigualdades de poder entre homens e mulheres que são refletidos na maneira como o espaço é projetado, ocupado e controlado. Mas, como a citação acima sugere, a capacidade de se apropriar e dominar lugares e, portanto, influenciar o uso do espaço por outros grupos não é apenas produto do gênero; a heterossexualidade também se expressa poderosamente no espaço.

A falsa divisão dicotômica entre público e privado ajudaria a esconder a falácia do argumento “não me importo que sejam gays, desde que fique no privado.” Enquanto casamentos heterossexuais são públicos, aparecem nas televisões, e relações heterossexuais são usadas como propaganda de campanha política etc., Valentine (2000, p.4) argumenta, com base no conceito de performance de Judith Butler, que a produção do espaço é marcada pela sua heterossexualização através de performances que naturalizam a heterossexualidade através da regulação e da repetição.

Portanto, a heterossexualização dos espaços se dá pela repetição e regulação das performances heterossexuais. Esta repetição toma a forma de casais heterossexuais se beijando e segurando as mãos nas ruas, as propagandas que constantemente trazem a imagem da família nuclear feliz – o que no Brasil chamamos da “família do comercial de margarina”. São, assim, atos que normalizam o comportamento heterossexual dando liberdade para que heterossexuais continuem performando a sua sexualidade nas ruas uma vez que se encaixam no comportamento esperado desses indivíduos.

No texto de introdução *From Nowhere to Everywhere: Lesbian Geographies*, Valentine (2000) aponta como as mulheres lésbicas também podem construir os seus espaços, algo marcado pelo slogan das lésbicas ativistas “nós estamos em todos os lugares”. Nesta parte, a autora relata as diferenças dos espaços gays e lésbicos, enquanto os primeiros focariam mais na criação de bares e discotecas, as lésbicas:

[...] do create spatially concentrated communities but that these neighbourhoods are often composed of clusters of lesbian households and sometimes counter-cultural institutions such as alternative bookstores or co-operative stores rather than commercial bars and institutions. As a result these lesbian neighbourhoods often have a quasi-underground character which makes them less visible than the gay men's

scene bars to those not in the know. (VALENTINE, 2000, p.3)

As lésbicas poderiam tanto produzir os seus espaços próprios ou usar os espaços heterossexuais de maneira contrahegemonicas, a partir de suas performances, com o uso de determinadas roupas, da linguagem e ou mesmo através das músicas:

“The taken-for-granted way in which asymmetrical couples and families take up public space serves to alienate lesbians who are rarely able to procure space in the same way.[...] when lesbian, gay, and bisexual communities are mobilised and make their presence visible they can appropriate public space. By turning the tables on heterosexuals in this way, Gay Pride demonstrates that space is sexualised, and, more specifically, that it is ‘usually’ heterosexual.” (VALENTINE, 1993b, p. 407)

Desta forma, as mulheres lésbicas negociam suas vivências nos espaços, inclusive, as vezes permanecendo no armário ou performando feminilidade para garantir a permanência em um determinado emprego. Nestas situações de violência, a simples presença das lésbicas representam um risco na estrutura de poder que separa homens e mulheres.

Lésbicas que moram sozinhas relataram muitas vezes preferir apenas ficar em casa onde se sentem seguras:

For some lesbians, the private space of their own ‘home’ is the only place Where they feel safe and able to express their sexual identity without fear of exposure or violence, because they can control access to it and the behaviour of others and the expression of sexuality within it. Hence ‘home’ can be a haven where they can forget the habit of self-concealment and be themselves. (VALENTINE, 1993b, p.399)

Essa falta de pertencimento e sentimento de insegurança afeta as mulheres de modo geral, mas de uma maneira particular as mulheres lésbicas, gerando sensações de tristeza e isolamento, algo que também é analisado no artigo *Desperately seeking Susan: a geography of lesbian friendships* (1993a), no qual Valentine analisa as narrativas de mulheres para encontrar amigadas, uma vez que um convívio com

heterossexuais pode se manifestar desconfortável pela ausência de interesses em comuns.

A vida das mulheres lésbicas e dos homens gays passam por diversas negociações de sobrevivência e existência, um determinante que marca esse processo é a saída do armário. Como pontua Sedgwick (2007), devido a heteronormatividade ser regra presente a todo momento se faz necessário uma nova saída do armário, como uma boneca russa, saio de um armário para logo me ver dentro de outro. Mesmo as pessoas mais “assumidas” passam por esse constante processo de revelação da identidade homossexual.

No artigo *Coming out and outcomes: negotiating lesbian and gay identities with, and in, the family*, Valentine (2003) traz a questão da saída do armário dentro família não como um processo individual, mas que exige um diálogo intergeracional – e nisso chama atenção da geografia para estudos que levem em consideração a questão familiar. Para a autora a saída do armário não tem um ritual tradicional, não tem receita e nem script. Tanto para quem sai, quanto para quem recebe a notícia. Portanto, não existiria apenas as duas visões dicotômicas da saída do armário no ambiente familiar, onde de um lado existiria uma aceitação positiva e romantizada da família e do outro uma rejeição completa. As relações são mais complexas que isso.

Por fim, como essas autoras, Gill Valentine e Kath Browne, enxergam esse sujeito que se autodenomina lésbica? Ambas as autoras tomam os devidos cuidados para não essencialização de uma identidade. Valentine reconhece a sexualidade como fluidez: “However, I recognise thai sexual identities can be fluid; and that there are multiple sexual identities within and outside the dominant heterosexual homosexual discourses.” (1993b. p.397). Já Browne e Ferreira (2015) articulam como não há uma única definição desse termo que apenas na história contemporânea vem sendo reinventado enquanto identidade (nem sempre na história amar e ter relações com outras mulheres foi denominada enquanto uma prática lésbica). O debate sobre o que seria uma lésbica estaria associado a discussão sobre o que seria uma mulher, e o conceito de performatividade é novamente chamado para pensar o gênero enquanto repetição e regulação. Neste ponto o espaço entra como categoria fundamental para explicar a realidade uma vez que é no espaço que as performances acontecem.

Se o próprio termo mulher e por consequência o do termo “lésbica” está cada vez mais fluído por que as autoras reclamam o seu uso? Elas pontuam três argumentos para a validade da identidade lésbica:

Firstly, it operates as recognition of the ways in which heterosexual and patriarchal power relations (heteropatriarchies) continue to need to be contested.[...] Secondly, the term lesbian continues to be a salient way in which people identify. This category remains important for many and lesbians continue to collectively gather under the sign lesbian/dyke.[...] Thirdly recognising that ‘lesbian’ is not a coherent or homogeneous category and that labelling is fluid across space and time, lesbian geographies have the potential to further contest the very nature of geography and how we do geography. (BROWNE; FERREIRA, 2015, p. 5-6)

Ou seja, para Browne e Ferreira, o termo “lésbicas” – e “geografia lésbicas” – se mantém válido uma vez que as pessoas continuam a se identificar enquanto lésbicas e a se projetar politicamente enquanto lésbicas. É ainda uma forma de reconhecimento da contestação das relações heteronormativas e do patriarcado, e por último, quanto mais estudos sobre lesbianidades maior variedade do que é ser lésbica é apresentada.

Considerações finais

Realizar este trabalho envolveu uma imersão nos escritos das autoras Kath Browne e Gill Valentine, duas autoras anglófonas que produziram pesquisa sobre geografia e lésbica. Como pontua Kathe Browne (2011, p.136), nos países anglo-americanos/saxões as chamadas geografias das sexualidades já têm mais de quarenta anos de estudos. Isso não significa que os caminhos foram ou mesmo que são tranquilos, a tentativa de deslegitimação desses estudos através de argumentos como possíveis desvirtuamento de uma geografia pura é ainda tema de debate. Nesta linha, Gill Valentine em um artigo escrito em parceria com Jon Binnie (1999) no qual debatem a temática da sexualidade, aponta que embora tenha ocorrido um progresso considerável nos estudos de sexualidade, a homofobia dentro dos espaços acadêmicos permanecia, inclusive com ataques pessoais às

pesquisadoras. Os desafios das próprias autoras são aproximações da contenda das geógrafas brasileiras que tentam fazer estudos de gênero de dentro da geografia.

Outras aproximações possíveis são os métodos utilizados. O modelo de entrevista semiestruturada permitiu com que, mesmo que as pesquisas tenham sido feitas em espaço e tempos diferentes, houvesse uma identificação com as entrevistadas. Ao trazer a análise das narrativas das mulheres lésbicas as autoras permitiram um encontro de sujeitas lésbicas que ultrapassa fronteiras e nos conecta de múltiplas formas enquanto comunidade.

A produção do espaço por mulheres lésbicas é permeada pelo desafio das performances marcadas como desviantes de uma estrutura que espera o modelo heterossexual. Um beijo entre duas pessoas do mesmo sexo muda o espaço antes normativo, ou pelo menos o desafia. Não à toa, os “beijaços” ocorrem como forma de protesto e resistência seja no norte global ou no Brasil. O evento do dia 19 de agosto de 1983 no Ferro’s Bar, que ficou posteriormente conhecido como o “Stonewall brasileiro” (PEREIRA, 2019) e que serviu de pontapé para a reivindicação do dia nacional do orgulho lésbico, foi uma dessas manifestações de rompimento normativo da paisagem através do uso dos corpos.

É claro, no entanto, que há diferenças entre o ser lésbica de “lá” e o de “cá”. A formação territorial dos países e dos movimentos de mulheres e de mulheres lésbicas são diferentes. Quando Valentine (2000) cita que a rainha Vitória no século 18 quando questionada sobre a formulação de leis contra relações sexuais entre mulheres haveria dito que “lésbicas não existiam” e, por consequência, estas ficaram de fora das leis contra a homossexualidade, ela narra uma especificidade histórica da formação de seu país. No Brasil, por exemplo, os processos de inquisição para os homossexuais teriam outras características daquelas que ocorreram na Europa (REZZUTTI, 2018).

Por fim, o que as autoras brevemente estudadas neste artigo mostram é a possibilidade de existir e de produzir epistemologia enquanto uma sujeita lésbica. E, no que mais me interessa, a partir e de dentro da geografia.

Referências

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016.

BINNIE, Jon; VALENTINE, Gill. Geographies of sexuality – a review of progress. **Progress in Human Geography**, 23,2, p. 175–187, 1999.

BROWNE, Katherine. Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento em geografias das sexualidades de gêneros. IN: SILVA, M.; SILVA, J. (org), **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

BROWNE, Kath; FERREIRA, Eduarda. Introduction to Lesbian Geographies. In: BROWNE, K.; FERREIRA, E (org). **Lesbian Geographies, Gender, Place and Power**. Ashgate, 2015.

BROWNE, Katherine. “Uma perfeita geezer-bird (mulher-homem)”1: os lugares e olhares de corporalização “feminina”. IN: SILVA, J. et. al. (org). **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.

PEREIRA, Joseane. Levante ao Ferro’s Bar: o Stonewall brasileiro. **Aventuras na história**. 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/levante-ao-ferros-bar-o-stonewall-brasileiro.phtml>>. Acesso em 17 abr. 2021.

REZZUTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: a história não contada**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n28, p. 19-41, 2007.

SILVA, Susana M. Veleda da; LAN, Diana. Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina. **Belgeo**, n. 3, p. 371-382, 2007

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALENTINE, Gill. Desperately seeking Susan: a geography of lesbian friendships. **Area**, Oxford, Vol. 25, No. 2 p. 109-116, Jun.1993a.

VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 11, p. 395-413, 1993b.

VALENTINE, Gill. Introduction: From Nowhere to Everywhere: Lesbian Geographies. **Journal of Lesbian Studies**, 4:1, 1-9, 2000.

VALENTINE, Gil. Coming out and outcomes: negotiating lesbian and gay identities with, and in, the family. *Environment and Planning D: Society and Space*, volume 21, p. 479 – 499, 2003.